

Os desafios do Brasil

Luiz Felipe Lampreia

The left is now in power in most countries of South America and it has followed two different paths: one group is democratic and adopts balanced economic policies, the other is populist and nationalist. Hugo Chávez is the epicenter of all radical movements now unfolding and he foments dissent in the region. For the last fifteen years in particular, Brazil has had significant economic stakes in South America and they are now under attack or threat by Bolivia, Equador and now Paraguay under the coaching of Chávez. As Brazil grows and expands, one of the biggest tasks of Brazilian diplomacy in the next decades will be how to address those challenges without neither surrendering our interests nor being brutal and alienating our neighbours.

Os ciclos de poder, tão marcados e tão sincronizados na América Latina, vieram em diversas ondas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, surgiu o populismo nacionalista, com Perón à frente, definido inteligentemente por Seymour Lipset como fascismo de esquerda. O modelo foi replicado em numerosos países, inclusive por Getúlio Vargas, com menos estridência.

Seguiu-se a proliferação de governos militares no contexto da Guerra Fria. Geralmente contavam com a benção e até o incentivo de Washington. Durante algumas décadas, com diversos matizes, cobriram quase toda a região.

Nos anos 1990, restabelecida a democracia em todo o continente, à exceção de Cuba, numerosos governantes social-democratas puseram em prática políticas econômicas liberais e políticas sociais que podiam ser consideradas de esquerda, como foi o caso do Brasil. Era previsível que a esquerda latino-americana chegasse a ter sua vez, após a perda de vigência do anticomunismo militante como o instrumento de ação política que bloqueava seu acesso ao poder. A democratização gene-

ralizada fez do caminho eleitoral o veículo para que a esquerda vencesse em diversas eleições, carregada pela insatisfação das massas com a continuação da extrema desigualdade de renda e da pobreza generalizada que as apostas liberais não conseguiram superar.

Em diversos países, políticos de esquerda foram fiéis ao compromisso com as regras democráticas que possibilitaram sua eleição e têm governado com êxito. É o caso de Lula, Ricardo Lagos, Michelle Bachelet e Tabaré Vasquez, todos com longa trajetória de esquerda que, ao chegarem ao poder seguiram políticas econômicas equilibradas.

Mas, como os males sociais e econômicos que castigam as populações da região seguem constituindo terreno especialmente fértil para o populismo nacionalista, surgiu na década corrente uma safra de líderes para os quais a chegada ao poder

Luiz Felipe Lampreia é sociólogo e diplomata brasileiro. Foi embaixador no Suriname, em Portugal e em Genebra. Foi secretário geral do Itamaraty e ministro das Relações Exteriores no governo de Fernando Henrique Cardoso. É professor de Relações Internacionais da ESPM do Rio de Janeiro.

tem constituído um instrumento para violentar a democracia e implementar políticas econômicas que só poderão trazer retrocessos e profundas divisões em suas sociedades.

O presidente venezuelano Hugo Chávez constitui o paradigma desta liderança e o epicentro dos processos radicais que sacodem a América do Sul. De seu êxito ou de seu fracasso dependerão em grande parte as experiências em curso na Bolívia, no Equador e no Paraguai. Por isso dedicarei uma parte considerável deste artigo a analisar sua trajetória política.

Conheço-o bem por ter tido longas e repetidas conversas com ele. Encontrei-o antes da tentativa de golpe de 2002, que marcou um ponto de aceleração do seu radicalismo e de aumento de seu poder discricionário. Ao chegar ao poder em 1999, Chávez era mais moderado em seus propósitos do que hoje mas já demonstrava os traços de personalidade hipertímica que lhe são inatos. São três a meu ver as suas características: o sentido militar de missão e a grande determinação de realizá-la; o fanatismo ideológico do recém-convertido combinado com bastante espreiteza (ele próprio disse-me que só na prisão, servindo pena pela tentativa sangrenta de golpe contra o presidente Carlos Andrés, viera a ler com voracidade os clássicos da literatura de esquerda); finalmente, ele sente-se o anjo vingador do povo mestiço e pobre da Venezuela contra as elites brancas que, a seu ver, monopolizaram os benefícios da riqueza do petróleo. Diz a historiadora venezuelana Margarita Lopez Maya:

Chávez é um homem muito contraditório. Por um lado, é uma pessoa que tem capacidade política e que chegou ao poder para implementar um projeto de justiça social. Por outro lado, é uma pessoa irritável, de formação militar, de caráter autoritário,

que não gosta de ser questionado. Sempre foi assim só que nos primeiros anos ele não tinha tanto poder (entrevista ao jornal *O Globo*, 23 de dezembro de 2008).

Não há dúvida de que algumas elites na América do Sul fizeram bastante por merecer a colheita amarga que lhes toca agora. No início da década de 1970 fui visitar Juan Pablo Perez Alfonso, o fundador da Opep, já retirado em sua chácara, nos arredores da capital, e dele ouvi uma profecia pessimista: "Não sabemos e não vamos aprender nunca a semear o petróleo. Ao fim só vão restar os esqueletos dos elevados de Caracas e o povo vai querer que sejam prestadas contas". De fato, a Venezuela nunca foi capaz de gerar outros setores produtivos, nem de criar alternativas reais de exportação. O resultado foi que, desde a década de 1930, quando começou a produção em larga escala, o petróleo sempre foi a única âncora fiscal do Estado. Esta dependência levou a períodos de abundância, como na década de 1970 e início da década de 1980, quando os preços do petróleo estiveram muito elevados, ou de crise a seguir do colapso das cotações, no restante dos anos 1980. Hoje ainda o petróleo responde por um terço do PIB venezuelano, 80% das exportações e mais de 50% da arrecadação governamental. Políticas econômicas equivocadas e o crescente desperdício da riqueza do petróleo levaram ao aumento da pobreza e à deterioração dos indicadores sociais. As classes favorecidas, entretanto, conseguiram amealhar grande riqueza protegida em contas e em imóveis no exterior, enquanto o fosso social nunca deixou de ser muito grande. Com isso, já na década de 1990, houve um aumento da violência urbana e diversas crises políticas, como os golpes de estado que o próprio tenente-coronel Chávez liderou em 1992. Após um período na prisão, Chávez foi anistiado

(uma decisão tomada pelo presidente Rafael Caldera que a deve lamentar) e posteriormente eleito presidente da República em 1998.

Chávez tem procurado usar as enormes receitas do petróleo com fins sociais e ninguém pode duvidar que, desde a sua ascensão ao poder, sua prioridade principal tem sido promover a ascensão dos pobres da Venezuela. Entretanto, como comprova uma análise objetiva e completa de Francisco Rodriguez na edição de março/abril de 2008 da revista *Foreign Affairs*, as promessas de Chávez não foram cumpridas. Com precisão cirúrgica, o professor Rodriguez procede a uma verdadeira demolição dos mitos chavistas. Diz ele: "a maior parte dos indicadores do desenvolvimento humano e da saúde pública não demonstram qualquer melhoria significativa. A hipótese de que Chávez é bom para o povo é inconsistente com os fatos". Ele demonstra que a pobreza só diminuiu marginalmente e que a desigualdade social só fez aumentar durante o regime chavista e afirma que "é notável que, dadas a reputação e a retórica de Chávez, os dados oficiais não demonstram uma mudança significativa na prioridade conferida às despesas sociais durante sua gestão". Neste aspecto fundamental de sua política, o presidente venezuelano é portanto um fracasso.

Com a queda dos preços do petróleo, desaparece o véu que mascarava os desastres da política econômica. As perspectivas políticas e econômicas são instáveis para os próximos anos. Tensões se multiplicam à medida que a oposição se enrijece e o coronel recrudesce. Na própria aliança que governa a Venezuela surgem divisões patentes, com uma vertente *light* que julga excessiva a radicalização em marcha. As pressões inflacionárias se intensificam e, como aprendemos duramente no Brasil antes do Plano Real, quem paga mais caro

por este descontrole é o povo. Ora, é este segmento da população que Chávez alega defender e que até agora o sustenta politicamente. Não há dúvida alguma de que foi a deserção parcial deste mesmo povo - insatisfeito e frustrado - que levou à derrota no referendo de dezembro de 2007 do projeto de perpetuação no poder de Chávez. O povo virou as costas ao profeta. Esta derrota foi muito importante, pois revelou que a sociedade civil venezuelana resiste à imposição de um modelo ditatorial de governo. Como todo líder autoritário, Chávez imaginou que sua vontade iluminada ecoaria como a promessa de um paraíso terrestre. De repente, os venezuelanos disseram-lhe não. A partir daí, malgrado o poderoso sistema de poder que dá ao governo o pleno controle de todas as instituições políticas, a sociedade venezuelana começou a reagir e conseguiu bloquear algumas das maiores arbitrariedades do governo, como o currículo socialista obrigatório nas escolas. Entretanto, esta derrota não foi o fim do projeto de "socialismo bolivariano" do líder venezuelano. Chávez é obstinado e inteligente. Já está procurando empurrar novamente seu projeto totalitário cerceando as candidaturas de opositores às eleições municipais vindouras e fazendo crescer o movimento por novo referendo sobre um mandato presidencial perpétuo, provavelmente porque sabe que a bonança está no fim e é oportuno colher seus frutos políticos antes que venham os anos magros.

Chávez tem pesquisas cada vez mais desfavoráveis em toda a América Latina, como atesta o Latin Barometro. Sua pregação bolivariana só vinga na Bolívia e Equador - países andinos com fortes populações indígenas - e na Nicarágua do requentado Ortega. Todos esses países são governados por discípulos de Chávez e também se beneficiam de sua generosa ajuda em petróleo e em dinheiro, o que

naturalmente reforça sua fidelidade ao venezuelano. No resto da América do Sul, Chávez não tem qualquer apoio significativo e, ao contrário, encontra forte rejeição.

A primeira e maior mensagem dessas pesquisas é que nossa América Latina já amadureceu e dá preferência ao equilíbrio democrático sobre as propostas excessivamente voluntaristas e cerceadoras das liberdades públicas. Em nosso tempo, quando a primazia é dada, na maior parte dos países, ao respeito do pluralismo político, à tolerância com a diversidade e à gestão correta da coisa pública, cada vez haverá menos espaço para governantes prepotentes como Hugo Chávez.

O mais grave para o futuro da Venezuela é a profunda divisão que Chávez introduziu na nação. Mesmo que seu regime autoritário termine em breve, ele terá marcado seu país com uma carga de ódio político e de divisão social que demorará muito a cicatrizar. Este país amigo, cujo povo tanto se parece com o brasileiro em muitos aspectos, está hoje emparedado num imenso fosso. Tardará muito até que possa sair desta armadilha.

Com uma obsessão digna de Macbeth, Chávez vê em toda parte uma conspiração para derrubá-lo e denuncia tentativas de assassinato e conspirações. Os que o acompanham nos últimos anos dizem que sua paranóia se acentuou desde a tentativa de golpe contra ele em 2002. Chávez aprendeu com seu grande mentor Fidel Castro que a melhor tática unificadora é gritar contra a ameaça externa, particularmente dos Estados Unidos. Mas sua liderança intrusiva e o curso errático de política externa que persegue têm levado a um isolamento internacional crescente da Venezuela, que rompe as pontes com aliados potenciais na região e no Ocidente em geral. Sua posição diplomática é hoje muito fraca, como comprova seu fracasso na ten-

tativa de se eleger para uma cadeira transitória no Conselho de Segurança da ONU em 2007, por exemplo.

Em diversas ocasiões, tem havido desaires para sua atitude intrusiva e impertinente. Tome-se o caso do incidente na fronteira equatoriana, em que a aviação colombiana atacou e destruiu um acampamento das FARC. O presidente do Equador reagiu com muita ênfase, como é seu estilo, e bastante razão, mas Chávez teve um comportamento especialmente vociferante e ameaçador nos primeiros momentos do conflito. O presidente venezuelano deu mais uma prova de sua falta de equilíbrio e de seu aventureirismo. Em primeiro lugar, porque o incidente militar (grave, sem dúvida) passou-se na fronteira do Equador com a Colômbia, ou seja, a mais de mil quilômetros da fronteira da Venezuela. Em segundo lugar, porque - embora a Venezuela interfira sistematicamente nos assuntos internos da Colômbia dando suporte e dinheiro a uma organização clandestina e criminosa como são as FARC - a Colômbia não intervém na Venezuela. Chávez ordenou o envio de tropas e regimentos de tanques para a fronteira, porém, desta vez, sua postura belicista caiu num vácuo. O presidente colombiano Uribe respondeu friamente que não mobilizaria tropas do seu lado da fronteira e, gradualmente, à medida que a OEA iniciou um processo de investigação e solução da controvérsia, Chávez sofreu o desmoralizante processo de não ser levado a sério por ninguém e terminou por ordenar o recuo encabulado de suas tropas.

Na Bolívia, Chávez passou há pouco tempo por nova desmoralização. Interferindo diretamente no grave enfrentamento entre o governo de seu pupilo Evo Morales e as províncias autonomistas do Oriente boliviano, ele ofereceu apoio militar a Morales e criticou o comandante-em-chefe das Forças Armadas bolivianas. Este

gesto recebeu uma firme contestação do militar boliviano e a condenação, mesmo que discreta, dos governos da região. Afinal, o princípio da não-intervenção é uma coluna mestra na ordem jurídica internacional e, em especial, no continente. Na reunião da Unasul de 15 de setembro passado, Chávez tentou mas fracassou em introduzir na declaração final uma violenta condenação aos Estados Unidos.

No final de setembro, Chávez esteve em Pequim e tentou, novamente sem sucesso, convencer os chineses a tomarem uma posição antiamericana. Em discurso emotivo, o líder venezuelano conclamou a China a se juntar a seu país na criação de uma ordem mundial multipolar. A reação foi fria tendo-lhe sido indicado que as relações bilaterais entre os dois países não têm conteúdo ideológico. A política externa da Venezuela tem sido assinalada por estes arroubos e desatinos. Os resultados geralmente são pífios. No campo internacional, só na América Latina, Chávez já se incompatibilizou com os presidentes da Colômbia, do México, do Peru, do Chile, para não mencionar a Espanha, mãe pátria da Venezuela, e o famoso "por quê no te callas?" do rei. Os únicos que o recebem de braços abertos são os governantes radicais do Irã e da Bielorrússia, além naturalmente do decano dos ditadores, Fidel Castro, seu mestre, e dos dirigentes russos que com grande eficiência lhe vendem toda sorte de armamentos e utilizam-no para irritar os Estados Unidos.

Creio que, por tudo isso, já começou o ocaso do coronel. Esse político - que se considera Bolívar reencarnado e já está no poder há nove anos - queria ter um mandato popular para ficar perpetuamente na presidência. Usou todo o repertório da mais barata demagogia para embrulhar seu delírio de ambição em embalagem sedutora para o povo. Mas Chávez faz um governo desastroso e contra os fatos a de-

magogia e a mentira só são eficazes por um tempo. A inflação já supera a casa de 20% ao ano, o déficit público sobe a galope, a empresa estatal de petróleo PDVSA é sangrada e não consegue evitar uma queda crescente da produção, por não poder investir na medida necessária na manutenção e no desenvolvimento de seus campos petrolíferos.

As contribuições da estatal venezuelana de petróleo para programas de desenvolvimento social - as "missões" na linguagem bolivariana -- caíram 47% no primeiro semestre de 2008. É bom recordar que os preços do petróleo só começaram a cair em julho, quando estavam na faixa de 140 dólares por barril. Isto sugere que, como a receita bruta subiu muito devido à alta do petróleo no período, a PDVSA procura aumentar seu investimento destinado a recuperar capacidade produtiva. Com a queda dos preços para o nível de 40 dólares, o governo de Caracas terá de fazer escolhas difíceis entre gastos sociais domésticos, compromissos internacionais e investimentos na produção de petróleo.

Malgrado todos os cerceamentos e adversidades, o povo venezuelano já mostrou que não se resigna. A oposição, que durante vários anos foi politicamente inábil, agora criou alma nova, pois conseguiu passar à sociedade venezuelana a mensagem de que o coronel é um mau governante e um perigo para as liberdades públicas. Surgiram novos protagonistas na resistência a Chávez: estudantes, jornalistas, muitos de seus ex-companheiros, vieram às ruas por vontade própria e não arrebanhados em ônibus, como as multidões de vermelho, à semelhança dos antigos currais eleitorais dos nossos grotões. Eles não tiveram medo da polícia política, das tropas de choque chavistas, da truculência de um governo que fecha órgãos da imprensa que o criticam e confisca a propriedade privada. O coronel já começa a

sua descida irrefreável, mas não vai desaparecer suavemente no horizonte. Vai fazer de tudo, como aliás já anunciou horas depois da derrota, para virar o jogo a favor de seu projeto "bolivariano" de perpetuação no poder. Além da resistência que os venezuelanos saberão opor-lhe, agora que o derrotaram, é essencial que do exterior lhe cheguem sinais de moderação e espírito democrático.

Os nove anos de chavismo marcaram fundamentalmente a Venezuela, criando ódios e rancores que hoje dividem uma sociedade antes cordial e democrática. É necessário evitar que o coronel jogue com mais empenho a carta da divisão e do antagonismo social. O declínio do coronel começou, mas a História está repleta de finais trágicos.

O Brasil - sociedade e cada vez mais, creio, governo - não acha graça nenhuma nas excentricidades do coronel, nem se dispõe a segui-lo em seus devaneios. Aqui Chávez não tem nenhum poder de convocatória. Sem de modo algum advogar qualquer tipo de intervencionismo, que contrariaria nossas tradições mais consagradas, faríamos realmente bem em manter uma distância crescente do coronel. É certo que as relações com a Venezuela são muito importantes e que o volume do comércio bilateral só tem feito crescer. Nossas exportações que eram de 753 milhões de dólares em 2000, passaram em 2007 a 4,7 bilhões com saldo de 4,3 bilhões para o Brasil. Há portanto interesses reais a conferir relevância às relações bilaterais. Mas o comércio e a proximidade política são coisas bem distintas, como demonstra o fato de que o principal cliente do petróleo venezuelano são os Estados Unidos.

Creio que o presidente Lula já se deu conta há algum tempo de que Chávez não é boa companhia. Não toma uma postura contundente - e talvez seja melhor assim, pois o Brasil jamais deve ser truculento

com seus vizinhos -, mas estamos felizmente nos afastando da postura que vigorou durante o primeiro mandato presidencial quando o coronel era o parceiro predileto para nossas fantasias: gasodutos gigantescos, FMIs caboclos, superempresas binacionais de petróleo e outros arroubos. As intervenções venezuelanas no processo de nacionalização do gás boliviano são uma realidade indiscutível cujas lições não podem ser esquecidas. Chávez é um rival de Lula na medida em que preconiza métodos e ações radicalmente diferentes e lidera a ala radical da esquerda latino-americana. Na recente reunião em Costa de Sauípe, o presidente venezuelano mostrou uma ponta de seu pensamento ao afirmar que

o Brasil exerce uma liderança importante na América Latina, mas na região não há um líder único, mas vários. Sem dúvida, o Brasil exerce uma liderança importante, mas não se trata de que haja um líder na região (UOL *Notícias*, 17 de dezembro de 2008).

Existe um outro aspecto muito preocupante que deve ser analisado. A Venezuela está engajada numa escalada armamentista que não pode deixar de ser vista com preocupação por nossos analistas e planejadores militares. Este programa de armamento supera de muito uma proporção razoável para o país e cobre uma ampla variedade de materiais bélicos como submarinos, navios de guerra, caças aéreos de última geração, blindados e uma quantidade enorme de fuzis automáticos. O alvo preferencial venezuelano não é obviamente o Brasil neste momento, mas sim os Estados Unidos, como declara incessantemente o próprio Chávez. Porém, um programa da amplitude do que vem sendo levado adiante há vários anos cria um desequilíbrio estratégico na região e preci-

sa ser analisado nesta perspectiva. Ele transforma a Venezuela numa ameaça potencial para os vizinhos com os quais esse país tem diferendos históricos e rivalidades presentes, em particular a Colômbia. Em nosso caso, embora não existam disputas fronteiriças ou conflitos políticos, há uma crescente tensão subjacente, como já referido, pela liderança regional que, em virtude da opção "bolivariana" do presidente venezuelano, projeta-se sobre as próprias opções nacionais e interfere com interesses nacionais.

Em suma, Chávez é um fator de instabilidade e perturbação na América do Sul, inclusive porque serve de referência e modelo para outros políticos da região em cujos países estão dadas as condições para a eliminação das estruturas políticas tradicionais e o surgimento de plataformas populistas e nacionalistas. Cada um, segundo as características nacionais em que surgiram, lançam projetos políticos inspirados por ele e apoiados pelos petrodólares venezuelanos. Vejamos os três casos mais nítidos.

A Bolívia foi o primeiro país sul-americano a seguir o rumo socialista de Chávez, sob a liderança do líder cocalero Evo Morales. Desde sua surpreendente performance nas eleições presidenciais de 2002, em que chegou em segundo lugar, Evo demonstrou que o tempo dos partidos tradicionais - o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e a Aliança Democrática Nacional (ADN) - estava próximo de esgotar-se e que o movimento indígenista surgia como a nova força dominante no cenário político boliviano. Depois de quinhentos anos servindo apenas de massa de manobra a outros interesses, os índios que formam a maioria da população boliviana assumiram um papel protagonista. Segundo a Fundação Jubileo, 3,7 milhões de pessoas vivem em condi-

ções de extrema pobreza de um total de cerca de 10 milhões de habitantes. Esta é a base política de Evo Morales que se transformou em porta-voz dos desvalidos, em especial dos seus iguais, os índios aimaras do Altiplano boliviano.

O primeiro episódio da rebelião de massas na Bolívia - em que Morales atua como agitador - é a chamada "guerra das águas de Cochabamba", no ano de 2000, em que se produz uma rebelião popular contra uma companhia multinacional que havia ganho o contrato de exploração dos serviços de água e esgotos. O movimento de contestação termina por obrigar à revogação da concessão, em resultado inédito no país. O segundo capítulo, ainda mais dramático, ocorre em 2003 com a "guerra do gás". Movimentos populares contra o regime de exploração do gás natural levam a uma escalada de violência que conduz a um bloqueio com barricadas da principal artéria que liga La Paz à cidade satélite de El Alto, ao aeroporto e ao resto do país. O presidente Sánchez de Losada, já muito acossado, determina a repressão militar do bloqueio da qual resultam oitenta mortos. A situação tornou-se insustentável e o presidente foi forçado a deixar o país, sendo substituído pelo vice Carlos Mesa, um político sem luz própria e com pouca experiência. Em fins de 2005, um crescente descontentamento popular e protestos agressivos levaram Mesa a renunciar, abrindo caminho para a eleição de Evo Morales em dezembro desse ano. Assim, o líder de massas que havia inspirado e liderado a campanha contra Sánchez de Losada e o seu sucessor Carlos Mesa tornou-se presidente da República.

Na Presidência da República, Evo Morales tem-se caracterizado por dividir o país profundamente. Desde a sua independência a Bolívia é um país onde as forças centrífugas atuam fortemente, visto que existe uma grande diversidade na

geografia, história, orientação econômica e composição étnica entre o Altiplano árido e as planícies férteis do Leste. Nas províncias de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija há uma configuração econômica muito parecida com o nosso Centro-Oeste. Predominam a agricultura e pecuária extensivas, freqüentemente com participação de capitais e gestão de brasileiros, portanto a economia é movida por interesses privados. A população é, em boa parte mestiça ou de origem européia. Aí se situam as reservas de gás natural e as atividades ligadas ao setor de hidrocarbonetos. Já o Altiplano - de geografia impiedosa - é habitado em sua maioria esmagadora por índios e possui poucas riquezas econômicas: a agricultura é apenas de subsistência (com exceção da coca, produzida sobretudo no Chapare), há minas, mas não foram encontrados nem petróleo nem gás. Em La Paz, o pensamento dominante é estatizante. Como o país é unitário, a despeito de sua grande diversidade, o governo central tem peso dominante na condução dos rumos nacionais, ou seja, na arrecadação fiscal e nos investimentos públicos, na manutenção da ordem pública, controlando a polícia e as Forças Armadas, e nas políticas energética e mineral.

A ascensão social das massas miseráveis é o principal objetivo de Evo, e os recursos do gás são o lastro desses programas. Neste quadro, Morales introduziu diversas políticas que contrariam profundamente os interesses das províncias orientais, como a reforma agrária e a canalização das receitas muito ampliadas do gás (em virtude da nacionalização da indústria e da enorme ampliação dos impostos) para programas sociais beneficiando os índios do Altiplano. Por outro lado, buscou alterar profundamente a Constituição - um dos instrumentos prediletos de Chávez e seus seguidores para perpetuar uma nova ordem jurídica, che-

gando ao absurdo de fazê-la aprovar apenas com o voto de partido, o MAS, e dentro de um quartel militar em Sucre, para evitar incidentes violentos entre aliados e opositores.

É neste contexto de reorientação dos recursos do gás que deve ser vista a nacionalização dos ativos da Petrobras Bolívia em 2006. Após a realização anterior de diversos aumentos de *royalties* e impostos, o governo de Evo Morales promoveu de modo sub-reptício e agressivo a invasão dos campos de San Alberto e San Andrés, que a Petrobras havia descoberto e explorava eficazmente.

O mais chocante nesse episódio foi a passividade do governo brasileiro, que não moveu uma palha sequer para impedir esta expropriação, que era facilmente previsível por qualquer observador atento da realidade boliviana. Ao contrário, em todas as declarações, ficou expressada a "compreensão" e o "direito soberano da Bolívia". Ora, isto ocorreu com um empresa controlada pelo governo brasileiro e numa área de grande importância para o suprimento energético do Brasil. É difícil encontrar um exemplo mais nítido de interesse nacional no exterior, no entanto, a atitude de nossos governantes foi de completa omissão.

Situação diferente mas igualmente delicada ocorreu há pouco no Equador. As recentes manifestações do presidente Rafael Corrêa constituem um fato grave. A expulsão da Odebrecht do país e a ameaça do presidente Rafael Corrêa de não pagar um empréstimo do BNDES afetam diretamente os interesses brasileiros e atingem o sistema de pagamentos do Convênio de Crédito Recíproco (CCR), que é a base do comércio entre países sul-americanos. A Odebrecht é certamente uma empresa privada, ao contrário da Petrobras, mas operava no Equador com o incentivo e apoio direto do governo brasileiro. Portanto, as

ações truculentas do governo equatoriano sinalizam uma falta de respeito para com o Brasil. Até aqui, embora o tom brasileiro tenha sido um pouco mais afirmativo, não houve uma contestação clara da postura equatoriana.

Com a eleição de Fernando Lugo, existe agora um quarto integrante da esquerda populista no poder. Como Chávez, Evo Morales e Rafael Corrêa, o ex-bispo se comprometeu a levar adiante políticas de combate à pobreza e ascensão social das massas miseráveis do Paraguai. A principal fonte de recursos para levar adiante esses programas é certamente, na ótica de Lugo, o aumento substancial da arrecadação com a venda da energia de Itaipu ao Brasil.

O Paraguai é um país com o qual o Brasil tem um relacionamento muito próximo e especial. Sobre esta relação, paira ainda o espectro da guerra que terminou em 1870 e que tão fundas conseqüências gerou em ambos os países. Existe no Brasil uma certa culpa pela destruição que a guerra causou no Paraguai. É uma culpa que não tem fundamento, pois o Brasil não iniciou este conflito que terminou há quase 140 anos. Não há motivo para que este sentimento atue no relacionamento com o Paraguai.

Devemos contribuir na medida de nossas possibilidades para que este país possa renovar sua economia, tornando-a menos dependente do comércio eufemisticamente chamado de "triangular" e até de atividades ilícitas. Temos todo interesse em que a economia paraguaia se fortaleça e que haja uma melhor distribuição de renda, capaz de permitir um efetivo progresso social. Mas o Brasil não é culpado pelo subdesenvolvimento do Paraguai. Por isso a idéia de uma renegociação que rompa o equilíbrio do Tratado de Itaipu é inaceitável. O argumento de que foi celebrado por governos militares não tem qualquer

vigência. Tampouco é verdade que o Tratado não dê todas as garantias e não remunere a parte paraguaia adequadamente. Um reajuste da tarifa ou de algum outro modo uma modificação do preço da energia criaria para o consumidor brasileiro uma penalização injusta. Neste caso, o governo brasileiro vem até aqui demonstrando alguma firmeza e espera-se que assim possa seguir.

O Brasil sempre foi um país diferente na América do Sul, o único a falar português. Sua independência originou-se em um acordo dinástico da Casa Real portuguesa em vez de uma luta contra a metrópole colonial, como ocorreu com os demais países. Em resultado, durante os primeiros 67 anos de nossa vida independente, o Brasil foi a única monarquia constitucional da região. As circunstâncias históricas mantiveram nossa unidade territorial, enquanto a maior parte dos países sul-americanos resultaram de fracionamentos de estados ou territórios anteriores. Tudo isto concorreu para que o Brasil tivesse que dar ênfase, desde o início, ao relacionamento diplomático com nossos numerosos e variados vizinhos. Cessado o período de conflitos locais no Cone Sul, nossa diplomacia pautou-se rigorosamente pela regra da não-intervenção em assuntos internos dos países próximos, e gradualmente foi construindo, pela mão segura do barão do Rio Branco, um arcabouço jurídico que permitiu solucionar todas as controvérsias de fronteiras que subsistissem. Este legado extraordinário de paz e segurança permite que o Brasil seja o único país da América do Sul a não ter tido, desde o início do século XX, qualquer litígio territorial. Mas, embora o nosso relacionamento formal e diplomático tenha sido impecável desde então, não havia densidade alguma no relacionamento com nossos vizinhos. O comércio era obstaculizado por barreiras protecionistas de parte a parte, os investi-

mentos nulos, a presença de agentes econômicos muito limitada. Assim, disputas econômicas eram impossíveis entre nós. O comércio de mercadorias começou a tomar algum impulso com a criação da Alal

em 1960, mas sua monta era bastante pequena. Como o quadro seguinte revela, só após a criação do Mercosul, o comércio com os países do Cone Sul, veio a tomar proporções significativas.

Comércio Brasil-Mercosul									
	ARGENTINA			URUGUAI			PARAGUAI		
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo
1991	1.476	1.610	-133	337	412	-75	496	220	275
2000	6.237	6.843	-605	669	601	+67	823	351	481
2004	7.390	5.570	1.820	670	522	147	873	297	575
2007	14.416	10.404	4.012	1.288	789	502	1.650	434	1.214

Mais dramático ainda é o crescimento dos investimentos brasileiros na região. Partindo de um nível próximo de zero, as cifras anuais são hoje consideráveis. Só nos países da região andina foram investidos cerca de um bilhão de dólares em 2007 (*"Investimentos brasileiros na América do Sul: as perspectivas dos países andinos"*. Síntese dos estudos nacionais-Funcex, julho de 2008).

Atualmente, os interesses brasileiros na América do Sul (políticos, econômicos, de segurança e defesa e culturais) são mais significativos e mais diversificados do que no passado, e a região passa por um período de importantes mudanças econômicas, políticas e sociais que, se geram novas oportunidades, também po-

dem vir a representar ameaças para os interesses do país.

Esta nova dimensão do relacionamento com os vizinhos gera um dilema que, até agora, tem criado mais perplexidade e hesitação do que clareza no governo brasileiro: como defender com firmeza os interesses comerciais e econômicos legítimos das empresas brasileiras, estatais ou privadas, sem parecer que estamos praticando uma política de truculência que possa finalmente gerar uma má vontade generalizada e caracterizar uma atitude prepotente do Brasil. A questão não é trivial nem simples de resolver, pois nunca havia se colocado em toda nossa trajetória de nação independente, que sempre teve uma reputação de ser um gigante benigno.

Não creio que se possa utilizar o conceito de generosidade com os vizinhos como princípio norteador de nossa conduta internacional. Raríssimos países o fazem. A política externa do atual governo tem um substrato ideológico que leva a esta simplificação, mas ela não parece ser satisfatória para lidar com os problemas e desafios que os brasileiros - pessoas físicas ou jurídicas - enfrentam quando se lançam a atividades econômicas nos países vizinhos. É indispensável que se faça uma reflexão capaz de levar à formulação de uma doutrina de atuação na defesa dos interesses nacionais. O governo brasileiro precisa ter uma política coerente que não seja meramente de reações protelatórias ou de dissimulação dos problemas. Até aqui, a evolução lamentável do caso da Petrobras na Bolívia e da Odebrecht no Equador demonstram que o governo brasileiro não tem uma estratégia política para enfrentar situações como essas. E elas devem repetir-se pois a participação da economia brasileira na região só tenderá a aumentar. Agora mesmo, neste tempo de crise econômica, está-se produzindo uma postulação argentina de acionar o mecanismo de salvaguardas, em má hora aceito pelo Brasil, sob o nome de Mecanismo de Adaptação Competitiva, que nada mais é do que a aplicação de restrições às importações oriundas do Brasil, suspendendo os efeitos do Mercosul, além de outras medidas arbitrárias que prejudicam os interesses brasileiros. Isto ocorre porque o real desvalorizou-se diante do dólar e os produtos brasileiros ameaçam a pouca competitiva indústria argentina. Eis aí um teste importante para a política externa brasileira, pois a Argentina é nosso maior parceiro na região.

Os ataques a interesses brasileiros poderão também multiplicar-se especialmente se a falta de energia do nosso governo demonstrar que não há sanções para arbi-

trariedades contra empresas brasileiras. Não é desejável nem viável que nosso país seja uma potência imperial em sua região, mas tampouco é aceitável que haja a disseminação do paradigma do Brasil como o "gigante bobo", a quem se pode ofender e prejudicar sem conseqüências.

No início do seu governo, o presidente Lula comprazia-se em dizer que não entendia por que o Brasil em quinhentos anos nunca havia assumido a liderança da América do Sul, quando existia, segundo ele, um clamor nesse sentido. O tempo terá ensinado que esta declaração infeliz era apenas fruto da inexperiência e do voluntarismo. Ao contrário, a palavra liderança brasileira provoca reações de desconforto e alergia em muitos países vizinhos. Seu uso deve ser evitado cuidadosamente. Por outro lado, parece claro que a sociedade brasileira não prioriza o exercício desta posição dominante na região, a ponto de julgar válidos os programas econômicos, comerciais e militares que dariam substância efetiva a uma verdadeira liderança do Brasil. Há um regozijo justificado com a posição cada vez mais destacada que nosso país desfruta na região e isso é certamente motivo de orgulho para todos os brasileiros. Entretanto, tal posição não se traduz em uma liderança efetiva, tendo em vista a falta de assertividade de nosso governo em disputas econômicas como as que tivemos com a Bolívia e o Equador, ou a incapacidade de desempenhar um papel relevante em querelas regionais, como a que opôs recentemente o Equador à Colômbia. A própria tomada de posição favorável a um candidato contra outro em eleições presidenciais - como foi o caso na Argentina, na Bolívia e em outros países - enfraquece a isenção que o Brasil manteve desde o barão do Rio Branco em processos políticos internos de países vizinhos e que sempre nos deu respeitabilidade. Esta solidariedade ideológica leva também a claras

opções em situações de tensão política como as que vivem a Bolívia ou a Venezuela. Com isto o Brasil deixa de ser um possível fator de equilíbrio e entendimento para se colocar de um lado da arena política.

A liderança brasileira tem procurado exercer-se com a criação de novas instituições. É uma velha prática que confunde nova ordem com novas instituições. Evidentemente, por exemplo, a Unasul não poderá reinventar a integração econômica e comercial que estagnou por outras razões. Mais valeria reestruturar o Mercosul, cuja concepção permanece válida e importante, em lugar de organizar uma *fuite en avant* com a Unasul. Esta preferência por atitudes meramente declaratórias não confere legitimidade a uma liderança do Brasil, posto que não acarreta consequências benéficas para nenhum país, nem promove maior integração regional. Como disse a respeitada revista inglesa *The Economist* (edição de 18 de dezembro de 2008): "*A política externa do Brasil: ritmo de samba com passos em falso*. O Brasil pode ser o poder emergente nas Américas, mas está verificando que sua ambição diplomática pode gerar ressentimentos".

Em conclusão, creio que será necessária uma reflexão aprofundada e um debate amplo sobre os desafios que o novo quadro político da América do Sul traz para o Brasil. Por seu ineditismo, estes desafios têm um efeito por vezes paralisante sobre nossa diplomacia, que hoje não encontra o caminho certo para ter uma linha clara e equilibrada de defesa dos interesses nacionais. A postura não deve ser certamente a de procurar impor-se aos demais países da região, mas tampouco deve ser defensiva e concessiva. Azeredo da Silveira dizia, com

muita propriedade, que "o Brasil não deve fingir que é um paíseco".

Essas situações, sem dúvida, são fruto da conjuntura e da atuação de alguns líderes regionais já citados. Mas esses desafios não vão desaparecer subitamente. Ao contrário, à medida que nosso país for crescendo e, portanto, tornando-se mais forte, os problemas serão mais complexos. Além das dificuldades já referidas com nossos vizinhos, surgirão competidores de peso, como a China e mesmo os Estados Unidos que, acabrunhados pela desastrosa presidência Bush, haviam-se omitido cada vez mais na região. Agora com Barack Obama, existe a clara possibilidade de que esse país volte a ser a referência principal para muitos países latino-americanos, como o foi por décadas no século XX. Dependerá muito da prioridade que Washington der à região. Sabe-se que com duas guerras em curso e uma seríssima crise, o novo presidente americano não voltará para nossa região suas atenções prioritárias. Por isso, os radicais já deram sinais de que cobrarão agressivamente atos claros como o fim do embargo a Cuba. Evo Morales chegou a propor, com sua maneira tosca, que todos os países latino-americanos retirassem seus embaixadores da capital americana, se isso não ocorresse dentro de um prazo curto. Mas gradualmente, ao sair da profunda crise atual, os Estados Unidos intensificarão sua presença política e econômica na região e, com isso, competirão por oportunidades.

Lidar com todos esses desafios de forma inteligente e responsável será a grande missão da diplomacia brasileira nas próximas décadas. A tarefa não será fácil, mas é inescapável.